



**Ilustríssima Senhora**

**Vereadora Maria Helena Duarte**

*Digníssima Presidente de Câmara Municipal de Vereadores*

ANTEPROJETO DE LEI nº /2017

***Institui o Diário Oficial Eletrônico  
do Município de Santana do  
Livramento - DOEM, como meio  
Oficial De Comunicação,  
Publicidade e Divulgação dos  
atos do Poder Público Municipal.***

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE SANT'ANA  
DO LIVRAMENTO**

FAÇO saber, em cumprimento ao dispositivo no art. 102, Inciso IV, da lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

“Art. 1º-Fica instituído o Diário Oficial Eletrônico do Município de Santana do Livramento - DOEM, como meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos do Poder Público Municipal de Sant’Ana do Livramento.

§ 1º: O Diário Oficial Eletrônico do Município de Santana do Livramento – DOEM de que trata esta Lei atende ao princípio da transparência e da publicidade de acordo com a Lei Complementar nº 131/2009 e será veiculado no sítio eletrônico <http://www.sdolivramento.com.br>, na rede mundial de computadores, podendo ser consultado por qualquer interessado, em qualquer lugar, com equipamento que permita acesso à internet, sem custos e independentemente de qualquer tipo de cadastramento.





§ 2º: O Diário Eletrônico Oficial do Município de Santana do Livramento - DOEM, será disponibilizado diariamente, de segunda a sexta-feira, a partir das 16h (dezesseis horas), exceto nos feriados nacionais, estaduais e municipais que ocorram no Município de Santana do Livramento e nos dias em que, mediante divulgação, não houver expediente.

§ 3º: O formato e características do Diário Oficial Eletrônico do Município de Santana do Livramento - DOEM, dentre outros aspectos, serão definidos pelo Poder Executivo.

Art. 2º Na primeira página do Diário Oficial Eletrônico do Município de Santana do Livramento conterà obrigatoriamente: I – o Brasão do Município; II – o título “Diário Oficial Eletrônico do Município de Santana do Livramento- DOEM”; III – a Lei de instituição do Diário Oficial do Município – DOEM; IV - a data, o número e a citação numérica desta Lei.

Art. 3º As publicações serão assinadas digitalmente atendendo aos requisitos da autenticidade, integralidade, validade jurídica e interoperabilidade de infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICPBrasil), instituída pela Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, ou outra norma que vier a substituí-la.

§ 1º: As publicações do Diário Oficial Eletrônico do Município de Santana do Livramento – DOEM de que trata esta Lei serão assinadas digitalmente com base em certificado emitido por autoridade certificadora credenciada.

§ 2º: As publicações a que se refere o “caput” deste artigo serão assinadas digitalmente e, incumbe ao Prefeito e ao Presidente do Poder Legislativo na assinatura ou por servidor formalmente designado pelo mesmo.

§ 3º: A data constante no Diário Oficial Eletrônico do Município de Santana do Livramento– DOEM corresponderá à data de sua disponibilização.

§ 4º: O primeiro dia útil seguinte à data em que o Diário Oficial Eletrônico do Município de Santana do Livramento– DOEM for disponibilizado é considerado como data de publicação.

§ 5º: A contagem dos prazos terá início no primeiro dia útil que seguir ao considerado como data da publicação.

Art. 4º O Poder Executivo deverá, obrigatoriamente, manter arquivo permanente contendo todas as edições do Diário Oficial do Município de Santana do Livramento – DOEM, referente as suas publicações, em formato impresso e meio eletrônico.

Art.5º Após a publicação no Diário Oficial do Município de Santana do Livramento - DOEM, os documentos não poderão sofrer modificações ou suspensões.





Parágrafo único: Eventuais retificações deverão constar de nova publicação.

Art. 6º A responsabilidade pelas publicações, pelo conteúdo remetido à publicação e pelas atualizações de informações incumbirá ao ente, unidade ou Poder que os produziu.

Art. 7º No caso de impossibilidade de disponibilização do Diário Oficial Eletrônico do Município de Santana do Livramento - DOEM, ocasionado por incidentes de ordem pública, haverá invalidação da edição por ato do Prefeito Municipal.

Parágrafo único: No caso previsto do “caput” deste artigo, os documentos serão publicados na edição subsequente.

Art. 8º Compete ao Departamento de Sistemas e Informática o funcionamento e a manutenção dos sistemas informatizados, bem como a responsabilidade pelas cópias de segurança do Diário Oficial Eletrônico do Município de Santana do Livramento – DOEM.

Art. 9º Nos casos em que a legislação exigir a publicação específica no Diário oficial da união e ou Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, tais atos também serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Município de Santana do Livramento – DOEM.

Art. 10. Eventuais contratos em andamento que tenham por objeto a comunicação, publicidade e divulgação dos atos do Poder Público Municipal, após seu encerramento, fica vedada a prorrogação.

Art. 11. As despesas com a execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 12. A presente Lei poderá ser regulamentada por Decreto do Poder Executivo no que couber.

Art. 13. Fica revogada a Lei 7.109/2016.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**ENRIQUE CIVEIRA - Neneco**  
Vereador – PDT  
Líder de Bancada





## JUSTIFICATIVA

Atualmente, as publicações oficiais são realizadas por meio de documento físico (papel). Ocorre que, esta forma de publicação, além de precária quanto ao alcance de sua finalidade, vez que apenas pequena parcela da população tem acesso, acarreta em ônus pesado para os cofres municipais, devido ao alto valor despendido.

É imprescindível a necessidade de garantir o acesso à informação e as novas tecnologias a todos, para reduzir as desigualdades sociais e permitir que todo indivíduo possa exercer a cidadania de forma plena. Neste viés, é fundamental que seja assegurado ao cidadão o acesso à informação democrática, instantânea e gratuita para assegurar a este o direito de usufruir os benefícios do governo eletrônico, exercendo ainda, o controle sobre a Administração Pública.

A adoção da publicidade eletrônica, também conhecida como publicação *on line* se presta, sobretudo, à ampliação do número de pessoas que dela se beneficiam, quando a internet é um dos veículos mais eficazes para o alcance da informação, tanto pela sua popularidade, quanto pela celeridade e baixo custo operacional, tornando assim real e efetivo o princípio da transparência e publicidade nesse novo modelo de organização da sociedade e do Estado atual.

O estabelecimento de princípios cogentes, como é o da publicidade, tem a finalidade de garantir a manutenção equilíbrio entre os direitos dos administrados e as prerrogativas da administração. Assim é que, todos os atos praticados em nome da administração pública, devem pautar-se pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e, também, pelo da publicidade.

Além disso, a publicidade dos atos e normas no meio que está sendo proposto pelo presente projeto atenderá ao disposto no art. 5º, LXXVIII, e 37, da Constituição Federal, que institui a celeridade processual como direito fundamental,





pois proporcionará modernização e agilidade na divulgação dos atos, em especial dos processos administrativos de contratação, demorados em virtude dos prazos exigidos pela legislação. E, ainda, com a finalidade de proporcionar conhecimento mais amplo dos atos administrativos e da legislação municipal, por meio da utilização da internet, ferramenta cujo acesso é de abrangência mundial.

Sob o aspecto ambiental, o Anteprojeto atende também, ao princípio da economicidade, propiciando a divulgação dos atos administrativos de forma sustentável, evitando a derrubada de árvores para a sua impressão no papel, e, ainda, otimizando os recursos públicos que poderão ser destinados em proveito de outras necessidades municipais.

Considerando ainda o aspecto financeiro, é perceptível o decréscimo que acarretará de investimentos do Executivo em publicações oficiais. Fazendo uma avaliação, observamos na Requisição nº 7/2017 do Gabinete do Prefeito (em anexo) em comunicação com Secretaria da Fazenda, onde versa sobre a abertura do processo licitatório e há neste previsão de gastos com publicidade legal e institucional no valor de R\$ 546.840,00 (quinhentos e quarenta e seis mil e oitocentos e quarenta reais).

Portanto, é imprescindível a aprovação do presente Anteprojeto de Lei como medida indispensável ao cumprimento dos princípios constitucionais que regem a atuação da boa administração pública, sobretudo para alcançarmos maior transparência na gestão pública e significativa economia ao Tesouro Municipal.

Desta forma, solicitamos que após a apreciação do Anteprojeto ora encaminhado para respectivas comissões legislativas, seja o mesmo apreciado pelo plenário dessa Casa Legislativa e ao final aprovado, permitindo assim a implantação da mudança ora requerida.

**ENRIQUE CIVEIRA - Neneco**  
Vereador - PDT  
Líder de Bancada



# DIÁRIO OFICIAL DE GRAÇA PARA PREFEITURAS DO RS

Acabaram as desculpas. Ficou difícil para os Prefeitos que ainda insistem em negar o uso do Diário Oficial dos Municípios. As 40 Prefeituras que utilizam o Diário Oficial dos Municípios (DOM) para publicar atos administrativos já economizaram, segundo estimativa da Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), R\$ 4,8 milhões entre 1º de Janeiro de 2016 e 24 de Abril de 2017. No período, foram feitas 20,4 mil publicações. O serviço é oferecido gratuitamente pela federação. A Prefeitura interessada deve designar um servidor para fazer o curso de capacitação na Escola de Gestão Pública da Famurs e ter aprovado na Câmara de Vereadores projeto de lei que autorize a utilização da ferramenta. O uso do DOM tem o aval do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE-RS). “Os Prefeitos têm buscado informações sobre como utilizar o Diário dos Municípios. Nossa expectativa é que o número de municípios que usam a ferramenta aumente significativamente nos próximos meses. É uma iniciativa que gera economia e conta com o apoio do TCE”, explicou o presidente da Famurs, Luciano Pinto. Representantes de outras 95 Prefeituras já fizeram o curso na Famurs e finalizaram os trâmites para utilizar a publicação. Todas as edições são armazenadas em um banco de dados.

Podem ser publicados no Diário Oficial dos Municípios todos os atos administrativos expedidos pelos órgãos públicos, como lei, decreto, aviso de pregão, dispensa e inexigibilidade de licitação, extrato de contrato, relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal e edital de infração de trânsito. De acordo com o artigo 21 da lei nº 8.666/93, para atos como concorrência, tomada de preços, leilão e concurso, não basta a publicação apenas no DOM.

## Perspectivas de Economia

Com 1.045 atos administrativos publicados no Diário Oficial dos Municípios entre 1º de Janeiro de 2016 e 24 de Abril de 2017, Augusto Pestana é uma das Prefeituras que mais se valeu da ferramenta e já economizou R\$ 250 mil. De acordo com o prefeito Vilmar Zimmermann, o município do Planalto Médio passou a utilizar o serviço oferecido pela Famurs de olho no controle das finanças. “Os municípios enfrentam dificuldades financeiras. O Diário permite enorme economia de gastos com publicação”, explicou.

No Sul do Estado, a Prefeitura de Piratini já está apta a utilizar o Diário Oficial dos Municípios. O Prefeito Vitor Rodrigues explica que o interesse na ferramenta foi motivado pelo “alcance, credibilidade e agilidade” da publicação. O dirigente avalia que o uso do DOM vai auxiliar as Prefeituras gaúchas em um momento de escassez de recursos. “Os municípios enfrentam as mesmas dificuldades financeiras”, ponderou.

O superintendente administrativo-financeiro da Famurs, Adriano Deitos, tem ponto de vista semelhante. “Em um momento de crise financeira, os municípios têm nas mãos um mecanismo que estimula a economicidade”, avaliou.

**Municípios que já utilizaram o Diário Oficial dos Municípios**

Dois Lajeados, Pinhal, Santa Margarida do Sul, Alvorada, Araricá, Augusto Pestana, Barros Cassal, Capão Bonito do Sul, Capitão, Coronel Barros, Cotiporã, Crissiumal, Ernestina, Esteio, Faxinalzinho, Flores da Cunha, Floriano Peixoto, Formigueiro, Ibirubá, Independência, Itacurubi, Jacutinga, Monte Alegre dos Campos, Morro Reuter, Palmitinho, Piratini, Pouso Novo, Rosário do Sul, Santo Antônio da Patrulha, São Gabriel, São José do Inhacorá, São Leopoldo, Terra de Areia, Tramandaí, Três Arroios, Três Cachoeiras, Três Coroas, Tuparendi, Vale Verde e Xangri-lá.



# Prefeituras poupam com Diário Oficial

*Ferramenta da Famurs tem aval do TCE e permite publicação gratuita de atos oficiais*

Os prefeitos gaúchos têm à disposição na Famurs um instrumento para economizar recursos públicos. Trata-se do Diário Oficial dos Municípios (DOM), plataforma digital para publicação de atos administrativos. O serviço é oferecido gratuitamente pela Federação e conta com o aval do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

“Os prefeitos têm buscado informações sobre como utilizar o Diário dos Municípios. Nossa expectativa é que o número de municípios que usam a ferramenta aumente significativamente nos próximos meses. É uma iniciativa que gera economia e conta com o apoio do TCE”, explica o presidente da Famurs, Luciano Pinto.

Conforme levantamento da entidade, as 62 prefeituras gaúchas que utilizam o serviço já pouparam quase R\$ 23 milhões. “Em um momento de crise financeira, os municípios têm nas mãos um mecanismo que estimula a economicidade”, avalia o superintendente administrativo-financeiro da Famurs, Adriano Deitos. O estudo foi realizado com base em dados de janeiro de 2009 a junho de 2017. No período, foram feitas 70.937 publicações.

A prefeitura interessada deve designar um servidor para fazer o curso de capacitação na Escola de Gestão Pública (EGP) da Famurs e aprovar, na Câmara de Vereadores, projeto de lei que autorize a utilização da ferramenta. Todas as

Município	Economia	Município	Economia
Alvorada	R\$ 1.008.824,10	Ivoti	R\$ 2.710,20
Araricá	R\$ 363.194,10	Jacutinga	R\$ 25.384,50
Augusto Pestana	R\$ 324.643,80	Jaguarão	R\$ 4.000,20
Barra do Guarita	R\$ 2.486,70	Monte Alegre dos Campos	R\$ 418.504,20
Barros Cassal	R\$ 1.637.666,40	Morro Reuter	R\$ 185.636,70
Boa Vista do Cadeado	R\$ 14.316,30	Mostardas	R\$ 621,60
Caibaté	R\$ 55.002,30	Novo Machado	R\$ 960,30
Capão Bonito do Sul	R\$ 8.562,00	Palmitinho	R\$ 5.246,10
Capitão	R\$ 29.300,40	Paraí	R\$ 9.415,20
Cerro Largo	R\$ 464,40	Pinhal	R\$ 7.956,00
Chiapetta	R\$ 9.601,80	Pirapó	R\$ 460,50
Colorado	R\$ 1.866,60	Piratini	R\$ 467.768,40
Coronel Barros	R\$ 107.731,80	Pouso Novo	R\$ 1.866,00
Coronel Bicaco	R\$ 30.717,00	Rosário do Sul	R\$ 40.256,70
Cotiporã	R\$ 128.101,20	Santa Margarida do Sul	R\$ 4.933,80
Coxilha	R\$ 4.533,60	Santo Antonio da Patrulha	R\$ 2.284.485,90
Crissiumal	R\$ 86.638,50	São Gabriel	R\$ 311.062,20
Dois Lajeados	R\$ 1.248,00	São José do Inhacorá	R\$ 492.062,10
Ernestina	R\$ 5.541,00	São Leopoldo	R\$ 3.057.084,60
Esteio	R\$ 642.246,90	São Pedro do Butiá	R\$ 3.043,20
Fagundes Varela	R\$ 1.955,40	Selbach	R\$ 37.944,90
Faxinalzinho	R\$ 62.468,70	Senador Salgado Filho	R\$ 8.944,80
Flores da Cunha	R\$ 10.488,60	Taquari	R\$ 7.638,60
Florianópolis	R\$ 28.742,40	Terra de Areia	R\$ 370.946,10
Formigueiro	R\$ 201.198,90	Tramandaí	R\$ 234.371,40
Ibirubá	R\$ 5.087.946,00	Três Arroios	R\$ 1.244,10
Imbé	R\$ 45,00	Três Cachoeiras	R\$ 313.969,50
Independência	R\$ 150.734,40	Três Coroas	R\$ 33.293,70
Ipê	R\$ 9.156,30	Tuparendi	R\$ 1.460.139,30
Iraí	R\$ 311,40	Vale Verde	R\$ 557.502,90
Itacurubi	R\$ 478.571,40	Xangri-lá	R\$ 2.046.039,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 22.889.798,10</b>	

edições do DOM ficam armazenadas em um banco de dados, que pode ser acessado pelo site [www.diariomunicipal.com.br/famurs](http://www.diariomunicipal.com.br/famurs)

Podem ser publicados no Diário Oficial dos Municípios todos os atos administrativos expedidos pelos órgãos públicos, como lei, decreto, aviso de pregão, dispensa e inexigibilidade de licitação, extrato de contrato, relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal e edital de infração de trânsito. De acordo com o artigo 21 da lei nº 8.666/93, para atos como concorrência, tomada de preços, leilão e concurso, não basta a publicação apenas no DOM.

## Perspectiva de economia

Com 1.310 atos administrativos publicados no DOM, Augusto Pestana é um exemplo de município pequeno que

soube se valer da ferramenta e já economizou R\$ 324 mil. De acordo com o prefeito Vilmar Zimmermann, a cidade de Planalto Médio passou a utilizar o serviço oferecido pela Famurs de olho no controle das finanças. “Os municípios enfrentam dificuldades financeiras. O Diário Oficial permite enorme economia de gastos com publicação”, explicou.

No Sul do Estado, a prefeitura de Piratini é outra que utiliza o Diário Oficial dos Municípios com frequência: foram 1.376 publicações no período. O prefeito Vitor Rodrigues explica que o interesse na ferramenta foi motivado pelo “aumento da credibilidade e agilidade” da publicação. O dirigente avalia que o uso do Diário Oficial auxilia as prefeituras gaúchas em momentos de escassez de recursos. “Os municípios enfrentam as mesmas dificuldades”, ponderou.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO/RS**  
"Cidade símbolo da Integração brasileira com países do MERCOSUL"  
(Lei Federal 12.095 de 19/11/2009)  
**Gabinete do Prefeito**

**Requisição**  
**nº 07/17**

**Sant Ana do Livramento,**

**De: Secretaria Municipal da Fazenda**

**Para: Setor de Licitações e Contratos**

**Assunto: Abertura de Processo Licitatório**

Face ao constante dos autos e considerando a média de preços obtidos através de pesquisa de mercado junto a empresas do ramo objeto da presente, solicito a abertura de licitação, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

O impacto orçamentário-financeiro foi considerado no presente exercício e nos dois subseqüentes, bem como tem adequação orçamentária e financeira com a Lei orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos dos art. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/00.

**AUTORIZAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL**

**Data: 31/07/2017**

-----  
**Secretário Municipal**

Qtade	Unid	Especificação	Vlr Unit	Total
20,000	cm/ colun a	<b>Publicidade legal</b> Centimetragem necessária 20.000cm/ coluna Fonte arial normal Corpo 8 Estrelinhas 9	24,22	484.400,00
2.000	cm/ colun a	<b>Publicidade institucional</b> Centimetragem necessária 2.000cm/ coluna Fonte arial normal Corpo 8 Estrelinhas 9	31,22	62.400,00
		<b>Fiscal de contratos Andreza Borges D.R. mat. 816101.</b>		
			<b>Total</b>	<b>R\$: 546.840,00</b>



Recurso 020104.122.0103.4006 3.3.3.9.0.39 .00.00. cod red 83-3  
 Orçamentário:

Data: 31/07/2017

Saldo: R\$ 69.607,00

Responsável pelo setor

Projeto atividade	Recurso orçamentário	Natureza da despesa
4006	1-livre	3.3.3.9.0.39.00.00.
<b>AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR</b>  Data: _____ Assinatura: _____		<b>PARECER JURÍDICO – EDITAL/MINUTA CONTRATO</b>  Folhas: ..... a .....

### MÉDIA DE PREÇO

Pesquisa de Preço entre empresas do ramo para definição da Média de preços Referente a requisição para abertura de processo licitatório de Publicidade Legal nº Processo 07 /2017.

Quant.	Especificação	Jb Empresa Jorn. Ltda	Jornal Caldas Jr Ltda	Editora Jornalístic a jarros Ltda	Rbs- Zero Hora Ed. Jornalís tica	MÉDIA DE PREÇO
20.000	<b>Publicidade legal</b> Centimetragem necessária 20.000cm/ coluna Fonte arial normal Corpo 8 Estrelinhas 9	25,00	50,00	9,90	12,00	R\$: 24,22
2.000	<b>Publicidade institucional</b> Centimetragem necessária 2.000cm/ coluna Fonte arial normal Corpo 8 Estrelinhas 9	25,00	75,00	9,90	15,00	R\$: 31,22

RECIBO EM

de